



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO CONTÁBIL ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2021

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério das Comunicações, relativas ao encerramento do exercício de 2021.

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Fábio Salustino Mesquita de Faria

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Maria Estella Dantas Antonichelli

SECRETÁRIA-EXECUTIVA ADJUNTA

Flávia Duarte Nascimento

SUBSECRETARIO DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Djair Fiorillo Lopes

COORDENADORA GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Lílian Almeida Barra

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

Lígia de Almeida Silva

DIVISÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL E DE CUSTOS

Emerson Costa Nogueira Sousa

**DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
COM RESTRIÇÃO**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Ministério das Comunicações – Mcom.

Reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, EXCETO quanto os assuntos mencionados a seguir:

Ressalvas:

- a) Valor dos Bens Móveis evidenciados nos demonstrativos contábeis não refletem com fidedignidade o patrimônio do órgão, em razão do atual sistema de patrimônio não estar em uso pela recente criação do órgão e haver pendências junto ao Ministério da Economia, conforme informado pela área de Patrimônio. Para tentar solucionar esse problema dos bens móveis, está sendo realizado um estudo para implantação do sistema SIADS que permite registrar os valores pertinentes.
- b) O saldo do RMB em dezembro/2021 não bate com o saldo das Demonstrações Contábeis, devido à falta de registro de consumo e atraso no envio dos relatórios em tempo hábil;
- c) Falta de registro da Conformidade de Gestão em dias e meses alternados durante o ano de 2021;
- d) Falta da prestação e análise das contas de convênios expirados, nas UG's 410003 e 410007 (código 656);
- e) Falta de análise da prestação de contas de convênios registrados na conta de Convênios e Instrumentos Congêneres a aprovar, nas UG's 410003 e 410007 (código 657);

Portanto, considerando o desempenho do Ministério das Comunicações, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, refletem em seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta pasta, excluindo ou excetuando as ressalvas apontadas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília/DF, 25 de janeiro de 2022.

LIGIA DE ALMEIDA SILVA

Contadora do Órgão 41000 – MCom

CRC nº DF-19304/O-0

Contexto Operacional

O Ministério das Comunicações – MCom – é órgão da administração federal direta, criado pela Lei 14.074, de 14 de outubro de 2020.

Integram a estrutura básica do Ministério das Comunicações, a Secretaria Executiva, a Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM, composta pela Secretaria de Publicidade e Promoção – SEPUP e Secretaria de Comunicação Institucional – SECOI; a Secretaria de Radiodifusão – SERAD; e a Secretaria de Telecomunicações – SETEL. Estão vinculados ao MCom a Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebras; a Empresa Brasil Comunicação – EBC; A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios; o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST; e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL.

O Ministério das Comunicações tem como missão ampliar a conectividade, aprimorar a qualidade dos serviços de comunicação e assegurar a prestação de informações governamentais essenciais à proteção da soberania nacional e ao exercício da cidadania.

Constituem áreas de competência do Ministério:

- ✓ Política nacional de telecomunicações;
- ✓ Política nacional de radiodifusão;
- ✓ Serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;
- ✓ Política de comunicação e divulgação do governo federal;
- ✓ Relacionamento do governo federal com a imprensa regional, nacional e internacional;
- ✓ Convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão;
- ✓ Pesquisa de opinião pública; e
- ✓ Sistema brasileiro de televisão pública.

Tendo como visão institucional tornar o Brasil país referência na democratização do acesso a tecnologias de comunicação, na promoção da liberdade de pensamento e na garantia do direito à informação de qualidade, o Ministério das Comunicações objetiva, como geração de resultados para a sociedade:

- ✓ Promover a competitividade, assegurar investimentos e ampliar a oferta dos serviços de radiodifusão à população do Brasil;
- ✓ Garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital;
- ✓ Promover a divulgação de informações governamentais necessárias ao pleno exercício da cidadania; e
- ✓ Modernizar, ampliar e melhorar a qualidade da prestação dos serviços postais.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

Demonstrações Contábeis, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério das Comunicações e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta, parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõem as principais Demonstrações Contábeis do Ministério das Comunicações o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

- Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

- Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

- Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da ação, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado deferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.
- Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo e está de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.
- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - i. Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - ii. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário
 - iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro, caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	2.742.960.171,31		Despesas Orçamentárias	2.888.072.144,28	
Ordinárias	-		Ordinárias	1.489.315.875,31	-
Vinculadas	2.747.156.695,24	-	Vinculadas	1.398.756.268,97	-
Previdência Social (RPPS)			Educação	3.681.000,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.747.156.695,24		Seguridade Social (Exceto Previdência)	34.090.720,60	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.196.523,93		Previdência Social (RPPS)	3.943.615,77	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.094.235.216,84		Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.357.040.932,60	
Resultantes da Execução Orçamentária	3.714.230.330,28		Transferências Financeiras Concedidas	9.321.516.420,42	-
Cota Recebida	1.797.307.173,50		Resultantes da Execução Orçamentária	1.894.915.505,26	-
Repasso Recebido	1.333.019.921,33		Repasso Concedido	1.308.472.666,43	
Sub-repasso Recebido	583.269.011,42		Sub-repasso Concedido	583.269.011,42	
Repasso Devolvido	40.048,86		Cota Devolvida	2.539.603,38	
Sub-repasso Devolvido	594.175,17		Repasso Devolvido	40.048,86	
Independentes da Execução Orçamentária	380.004.886,56		Sub-repasso Devolvido	594.175,17	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	317.008.155,23		Independentes da Execução Orçamentária	7.426.600.915,16	-
Demais Transferências Recebidas	3.737.692,22		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	186.006.870,60	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.771.277,63		Demais Transferências Concedidas	1.767.678.623,60	
Movimentações para Incorporação de Saldos	55.487.761,48		Movimento de Saldos Patrimoniais	5.472.915.420,96	
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	3.906.418.122,31		Pagamentos Extraorçamentários	333.622.360,07	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	63.676.373,39		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	54.391.838,35	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	457.461.417,87		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	221.415.523,50	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	129.985.909,00		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43.294.707,07	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.255.294.422,05		Outros Pagamentos Extraorçamentários	14.520.291,15	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.775,52		Valores Compensados	6.057,70	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	20,48		Demais Pagamentos	14.514.233,45	
Arrecadação de Outra Unidade	3.255.292.626,05				
Saldo do Exercício Anterior	7.069.603.157,66		Saldo para o Exercício Seguinte	5.270.005.743,35	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.069.603.157,66		Caixa e Equivalentes de Caixa	5.270.005.743,35	-
TOTAL	17.813.216.668,12		TOTAL	17.813.216.668,12	-

2. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.768.941.237,00	3.768.941.237,00	2.633.412.209,61	-1.135.529.027,39
Receitas Tributárias	1.396.957.519,00	1.396.957.519,00	306.566.799,43	-1.090.390.719,57
Impostos	-	-	-	-
Taxes	1.396.957.519,00	1.396.957.519,00	306.566.799,43	-1.090.390.719,57
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	1.121.266.964,00	1.121.266.964,00	1.098.344.547,22	-22.922.416,78
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.121.266.964,00	1.121.266.964,00	1.098.344.547,22	-22.922.416,78
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	426.356.636,00	426.356.636,00	172.646.280,56	-253.710.355,44
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	71.101.141,00	71.101.141,00	84.779.467,24	13.678.326,24
Delegação de Serviços Públicos	355.255.495,00	355.255.495,00	87.866.813,32	-267.388.681,68
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	562.973.912,00	562.973.912,00	378.942.927,98	-184.030.984,02
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	562.973.912,00	562.973.912,00	378.582.079,92	-184.391.832,08
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	360.848,06	360.848,06
Transferências Correntes	110.599.992,00	110.599.992,00	62.752.341,14	-47.847.650,86
Outras Receitas Correntes	150.786.214,00	150.786.214,00	614.159.313,28	463.373.099,28
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	80.786.214,00	80.786.214,00	613.040.459,64	532.254.245,64
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	70.000.000,00	70.000.000,00	96.040,95	-69.903.959,05
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	1.022.812,69	1.022.812,69
RECEITAS DE CAPITAL	1.078.314.069,00	1.078.314.069,00	109.547.961,70	-968.766.107,30
Operações de Crédito	1.033.243.207,00	1.033.243.207,00	-	-1.033.243.207,00
Operações de Crédito Internas	1.033.243.207,00	1.033.243.207,00	-	-1.033.243.207,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	45.070.862,00	45.070.862,00	109.547.961,70	64.477.099,70
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.847.255.306,00	4.847.255.306,00	2.742.960.171,31	-2.104.295.134,69
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.847.255.306,00	4.847.255.306,00	2.742.960.171,31	-2.104.295.134,69
DEFICIT			145.111.972,97	145.111.972,97
TOTAL	4.847.255.306,00	4.847.255.306,00	2.888.072.144,28	-1.959.183.161,72

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.985.158.121,00	2.505.893.724,01	2.338.213.313,33	1.990.014.283,22	1.926.344.721,97	167.680.410,68
Pessoal e Encargos Sociais	1.371.111.133,00	950.766.998,00	881.658.452,37	878.208.015,39	825.149.339,79	69.108.545,63
Juros e Encargos da Dívida	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	13.200.000,00	-
Outras Despesas Correntes	1.600.846.988,00	1.541.926.726,01	1.443.354.860,96	1.098.606.267,83	1.087.995.382,18	98.571.865,05
DESPESAS DE CAPITAL	538.366.527,00	623.886.743,00	549.858.830,95	440.596.443,19	440.589.631,05	74.027.912,05
Investimentos	119.396.107,00	140.439.224,00	130.888.410,95	21.626.023,19	21.619.211,05	9.550.813,05
Inversões Financeiras	368.570.420,00	433.047.519,00	368.570.420,00	368.570.420,00	368.570.420,00	64.477.099,00
Amortização da Dívida	50.400.000,00	50.400.000,00	50.400.000,00	50.400.000,00	50.400.000,00	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.219.212.092,00	1.219.212.092,00	-	-	-	1.219.212.092,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.742.736.740,00	4.348.992.559,01	2.888.072.144,28	2.430.610.726,41	2.366.934.353,02	1.460.920.414,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.742.736.740,00	4.348.992.559,01	2.888.072.144,28	2.430.610.726,41	2.366.934.353,02	1.460.920.414,73
TOTAL	4.742.736.740,00	4.348.992.559,01	2.888.072.144,28	2.430.610.726,41	2.366.934.353,02	1.460.920.414,73

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	115.893.145,62	124.831.066,65	148.913.546,23	148.763.191,56	50.578.774,98	41.382.245,73
Juros e Encargos da Dívida	7.519.837,10	7.080.815,95	1.523.594,07	1.523.594,07	10.682.380,30	2.394.678,68
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	108.373.308,52	117.750.250,70	147.389.952,16	147.239.597,49	39.896.394,68	38.987.567,05
Inversões Financeiras	35.455.367,23	127.595.970,59	73.359.366,50	72.652.331,94	11.303.135,42	79.095.870,46
Amortização da Dívida	33.108.980,23	127.595.970,59	73.359.366,50	72.652.331,94	11.303.135,42	76.749.483,46
TOTAL	151.348.512,85	252.427.037,24	222.272.912,73	221.415.523,50	61.881.910,40	120.478.116,19

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	8.252.314,11	53.430.357,04	53.102.716,48	307.899,92	8.272.054,75
Juros e Encargos da Dívida	114.802,34	44.700.772,11	44.393.616,58	274.515,93	147.441,94
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	8.137.511,77	8.729.584,93	8.709.099,90	33.383,99	8.124.612,81
Inversões Financeiras	7.394.384,29	1.289.397,63	1.289.121,87	-	7.394.660,05
Amortização da Dívida	7.394.384,29	1.289.397,63	1.289.121,87	-	7.394.660,05
TOTAL	15.646.698,40	54.719.754,67	54.391.838,35	307.899,92	15.666.714,80

3. Balanço Patrimonial

ATIVO		2021	2020
ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE		5.787.474.499,49	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.270.005.743,35	-
Créditos a Curto Prazo		500.008.425,74	-
Clientes		130.823.564,67	
Créditos de Transferências a Receber		6.344.973,15	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		3.289.615,33	
Demais Créditos e Valores		392.768.078,66	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo		-33.217.806,07	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		3.537.622,17	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		13.922.708,23	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		15.376.228.521,26	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		11.951.774.300,41	-
Créditos a Longo Prazo		11.857.620.677,33	
Clientes		1.915.227,09	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.320.813.067,54	
Dívida Ativa Tributária		2.703.792.295,40	
Dívida Ativa Não Tributária		17.415.910.771,33	
Demais Créditos e Valores		282.002.404,44	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		10.866.813.088,47	
Estoques		62.788.826,63	
VPDs Pagas Antecipadamente		31.364.796,45	
Investimentos		80.898.596,10	-
Participações Permanentes		80.898.596,10	
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência		80.841.335,00	
Patrimonial			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		57.261,10	
Imobilizado		3.126.205.521,89	-
Bens Móveis		2.590.033.397,75	
Bens Móveis		3.990.142.866,49	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens		-1.396.363.447,08	
Móveis			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-3.746.021,66	
Bens Imóveis		536.172.124,14	
Bens Imóveis		568.861.166,78	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-32.689.042,64	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	
Intangível		217.350.102,86	-
Softwares		90.381.455,41	
Softwares		132.280.713,13	
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-41.899.257,72	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		126.968.647,45	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		162.293.663,23	
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e		-35.035.518,86	
Patentes Ind			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e		-289.496,92	
Pat.			
Direitos de Uso de Imóveis		-	
Direitos de Uso de Imóveis		-	
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de		-	
Imóveis			
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		21.163.703.020,75	-

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	783.119.608,96	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	95.885.322,02	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	11.338.791,89	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	55.977.070,69	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	17.179.452,59	-
Provisões a Curto Prazo	8.168.892,00	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	75.818.395,79	-
	518.751.683,98	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	6.524.999.191,49	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	194.595,68	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	199.480.628,60	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	148.083.353,36	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.226.173.168,54	-
Resultado Diferido	1.951.067.445,31	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.308.118.800,45	-

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social	3.427.607.382,97	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	14.172.219,19	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	93.584.691,92	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	10.320.330.812,98	-
Resultado do Exercício	2.906.510.784,31	
Resultados de Exercícios Anteriores	7.351.873.208,34	
Ajustes de Exercícios Anteriores	61.946.820,33	
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-110.886,76	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.855.584.220,30	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.163.703.020,75	-

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCIERO	5.427.141.320,36		- PASSIVO FINANCIERO	781.160.056,76	-
ATIVO PERMANENTE	15.736.561.700,39		- PASSIVO PERMANENTE	7.104.040.888,52	-
			SALDO PATRIMONIAL	13.278.502.075,47	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.738.400.962,45		- SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.447.190.697,05	-
Atos Potenciais Ativos	3.738.400.962,45		- Atos Potenciais Passivos	1.447.190.697,05	-
Garantias e Contragarantias	2.138.882.164,63		- Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Recebidas			- Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	101.415.081,13	-
Direitos Conveniados e Outros	357.543.469,08		- Obrigações Contratuais	1.345.775.615,92	-
Instrumentos Congêneres			- Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
Direitos Contratuais	1.241.975.328,74		TOTAL	1.447.190.697,05	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-				
TOTAL	3.738.400.962,45				

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-397.188.386,24
Recursos Vinculados	5.043.169.649,84
Seguridade Social (Exceto Previdência)	17.582,69
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-5.459.188,87
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.048.611.256,02
TOTAL	4.645.981.263,60

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.398.150.737,13	-
INGRESSOS	10.112.925.981,98	-
Receita Tributária	306.566.799,43	-
Receita de Contribuições	1.098.344.547,22	-
Receita Patrimonial	108.387.889,86	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	378.942.927,98	-
Remuneração das Disponibilidades	64.258.390,70	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	614.159.313,28	-
Transferências Recebidas	62.752.341,14	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	62.752.341,14	-
Outros Ingressos Operacionais	7.479.513.772,37	-
Ingressos Extraorçamentários	129.985.909,00	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	20,48	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.094.235.216,84	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.255.292.626,05	-
DESEMBOLSOS	11.511.076.719,11	-
Pessoal e Demais Despesas	-1.519.663.515,80	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-72.467.943,57	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-24.618.212,39	-
Saúde	-19.941.125,74	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-1.170.112,06	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-5.304.379,88	-
Agricultura	-1.931.134,72	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-1.337.908.948,88	-
Energia	-	-
Transporte	-1.907.295,82	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-54.416.138,26	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.775,52	-
Juros e Encargos da Dívida	-13.200.000,00	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-13.200.000,00	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-598.881.784,67	-
Intergovernamentais	-2.866.260,00	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-2.866.260,00	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-358.965.833,23	-
Outras Transferências Concedidas	-237.049.691,44	-
Outros Desembolsos Operacionais	-9.379.331.418,64	-
Dispêndios Extraorçamentários	-43.294.707,07	-

Transferências Financeiras Concedidas	-9.321.516.420,42	-
Valores Compensados	-6.057,70	-
Demais Pagamentos	-14.514.233,45	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-351.046.677,18	-
INGRESSOS	109.547.961,70	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	109.547.961,70	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-460.594.638,88	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-68.808.326,89	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-368.570.420,00	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-23.215.891,99	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-50.400.000,00	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-50.400.000,00	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-50.400.000,00	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.799.597.414,31	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.069.603.157,66	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.270.005.743,35	-

5. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	20.658.928.045,27	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	436.987.709,49	-
Impostos	-	-
Taxes	436.987.709,49	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	1.656.268.874,97	-
Contribuições Sociais	581.717,66	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.655.687.157,31	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.405.117.628,41	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.405.117.628,41	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	86.481.371,44	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.255.404,71	-
Juros e Encargos de Mora	1.593.680,16	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.099.896,99	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	82.532.389,58	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	4.503.628.611,89	-
Transferências Intragovernamentais	4.433.973.559,30	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	62.752.341,14	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	6.902.711,45	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	74.944.954,83	-
Reavaliação de Ativos	5.502.449,13	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	14.006.681,45	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	55.435.824,25	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	11.495.498.894,24	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	59.255,57	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	9.585.334.460,81	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.910.105.177,86	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.752.417.260,96	-
Pessoal e Encargos	877.697.979,78	-
Remuneração a Pessoal	653.393.735,08	-
Encargos Patronais	193.381.326,30	-
Benefícios a Pessoal	16.140.659,12	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	14.782.259,28	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	54.376.118,04	-
Aposentadorias e Reformas	21.800.638,41	-
Pensões	3.422.393,19	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29.153.086,44	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.187.775.290,91	-
Uso de Material de Consumo	4.869.191,48	-
Serviços	907.896.737,09	-

Depreciação, Amortização e Exaustão	275.009.362,34	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14.298.630,22	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	13.200.000,00	-
Juros e Encargos de Mora	1.076.215,79	-
Variações Monetárias e Cambiais	7.762,83	-
Descontos Financeiros Concedidos	14.651,60	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.969.937.517,94	-
Transferências Intragovernamentais	9.709.827.169,94	-
Transferências Intergovernamentais	34.173.264,85	-
Transferências a Instituições Privadas	200.419.869,86	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	16.330.752,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	9.186.461,29	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.103.492.178,36	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	830.266.571,67	-
Perdas com Alienação	151.616,63	-
Perdas Involuntárias	857.704,03	-
Incorporação de Passivos	90.797.587,68	-
Desincorporação de Ativos	181.418.698,35	-
Tributárias	25.399.075,84	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.782.474,10	-
Contribuições	4.616.601,74	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.519.440.469,87	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	556.550,00	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	4.173.418.881,10	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	345.465.038,77	-

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	2.906.510.784,31	-
---	-------------------------	---

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	3.414.659.481,22	12.947.901,75	-	93.584.691,92	-	7.210.443.194,26	-	-110.886,76	10.731.524.382,39
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	10.326.979,19	-	-	-	203.099.719,73	-	-	213.426.698,92
Aumento/Redução de Capital	12.947.901,75	-9.102.661,75	-	-	-	-	-	-	3.845.240,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	277.114,68	-	-	277.114,68
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.906.510.784,31	-	-	2.906.510.784,31
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	3.761.583,29	-	-3.761.583,29	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	3.427.607.382,97	14.172.219,19	-	97.346.275,21	-	10.316.569.229,69	-	-110.886,76	13.855.584.220,30

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Balanço Patrimonial

Nota 01

Inicialmente, cumpre destacar que o Órgão 41000 – Ministério das Comunicações foi ativado no SIAFI no exercício de 2021, recebendo os saldos contábeis das Unidades Gestoras 110319 – SECOM/PR e 240267 – SETEL/MCTI; e, como Órgão Superior, os saldos dos Órgãos Vinculados 20415: Empresa Brasil de Comunicação – EBC; 24216: Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS; 41231: Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; 41232: Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST; E 41903: Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL. Assim, não há base de comparação (saldos no exercício de 2020) para análise horizontal do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos contábeis.

Nota 02 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério das Comunicações e Órgãos vinculados:

Órgão	Valor em R\$	%
EBC	323.858.603,33	5,60%
Telebrás	1.431.179.883,15	24,73%
Ministério das Comunicações	146.384.474,57	2,53%
Anatel	3.880.372.041,47	67,05%
Funttel	5.679.496,97	0,10%
Total	5.270.005.743,35	100,00%

Do valor registrado na Anatel, 95% se referem a recursos próprios vinculados a pagamento de pessoal.

Relativamente à Telebrás, 77% dos valores registrados se referem a recursos de adiantamento para futuro aumento de capital, aplicados pela empresa em Fundos no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Nota 03 – Bens Móveis

Os bens móveis do Órgão Superior, representam 18,85% do ativo total, sendo que 83% desse grupo de ativos estão registrados na Telebrás. A seguir, a composição do total registrado em bens móveis no Ministério das Comunicações.

Bens Móveis	Valor em R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	265.721.826,20
Bens de Informática	2.718.970.061,42
Móveis e Utensílios	29.520.809,11
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	192.085.937,58
Veículos	11.166.940,99
Bens Móveis em Andamento	668.758.337,93
Bens Móveis em Almoxarifado	1.932,00
Demais Bens Móveis	103.917.021,26
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.396.363.447,08)
Redução ao Valor Recuperável	(3.746.021,66)
Total	2.590.033.397,75

Nota 04 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam um valor bruto de R\$ 536.172.124,14 (quinhentos e trinta e seis milhões, cento e setenta e dois mil, cento e vinte e quatro reais e quatorze centavos), representando 2,69% do ativo total, categorizados conforme o quadro.

Bens Imóveis	Valor em R\$
Bens de Uso Especial	474.820.750,12
Bens Imóveis em Andamento	18.358.786,41
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	4.254.773,80
Instalações	65.638.544,75
Demais Bens Imóveis	5.788.311,70
Deprec. Acum. /Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(32.689.042,64)
Total	536.172.124,14

Destaca-se que aproximadamente 82% desse valor está registrado no ativo da Anatel.

Nota 05 - Ajustes para Perdas de Créditos (LP)

O valor de R\$ 10,8 bilhões se refere, quase em sua totalidade, à ajuste de perdas estimadas em créditos (tributários e não tributários) da Anatel, do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, vinculados àquela agência e registrados em seu sistema interno de gestão de crédito (SIGEC).

Cabe ressaltar que neste último trimestre do exercício, em dezembro, houve o registro, pela Anatel, de reversão destas perdas estimadas na ordem de R\$ 9,4 bilhões: R\$ 9,2 bilhões no FISTEL e R\$ 236 milhões no FUST.

Nota 06 – Dívida Ativa

Dívida Ativa Tributária

Do valor de R\$ 2,7 bilhões, a maior parcela se refere às contribuições para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST (R\$ 2,6 bilhões), e o restante às Taxas de

Fiscalização de instalação (TFI) e Taxas de Fiscalização de Funcionamento (TFF), devidas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, inscritas pela ANATEL.

Dívida Ativa não Tributária

O valor de R\$ 17.415.910.771,33 (dezessete bilhões, quatrocentos e quinze milhões, novecentos e dez mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos) se refere à Dívida Ativa inscrita pela ANATEL relativa às outorgas e multas previstas na Lei Geral de Telecomunicações, devidas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.

Desse montante inscrito em dívida, R\$ 12 bilhões se referem a débitos do Grupo Oi que, em novembro de 2020, celebrou acordo com a Anatel, por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), nos termos da Lei nº 13.988/2020, com o objetivo de encerrar litígios.

Nota 07 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo, que representam 10,97% do ativo total do Órgão, no valor aproximado de R\$ 2,3 bilhões, são relativos a contratos firmados pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL. Os principais devedores são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Nota 08 – Fornecedores

Os valores correspondentes a fornecedores representam 2,03% das obrigações do Órgão, e apresentam a seguinte composição:

Fornecedores e Contas a Pagar	Valor em R\$
Curto Prazo	55.977.070,69
Nacionais	55.977.070,69
Longo Prazo	148.083.353,36
Nacionais	148.083.353,36
Total	204.060.424,05

Essas obrigações estão assim distribuídas entre os órgãos do Ministério das Comunicações:

	Órgão	Valor em R\$
20415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A.- EBC	2.921.117,23
24216	TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A	197.915.752,20
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	2.789.736,22
41231	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	433.818,40
Total		204.060.424,05

Nota 09 – Adiantamento de Clientes – LP

O valor de R\$ 456 milhões, correspondente a 6,24% do passivo do Órgão Superior, está registrado no passivo da Telebras e se refere a valores repassados pelos Ministérios da Defesa – MD e da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, referentes aos serviços contratados por esses Órgãos.

Nota 10 – Financiamentos – Interno

Os valores registrados nas contas de Financiamento do Ativo Permanente (curto e longo prazo), são relativos à captação de recursos junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Empresa Pública Vinculada ao MCTI) para financiamento de projeto de desenvolvimento de Satélite, pela Telebras.

Nota 11 – Outras Obrigações a Curto Prazo

O valor total de R\$ 302.408.502,84 (trezentos e dois milhões, quatrocentos e oito mil, quinhentos e dois reais e oitenta e quatro centavos), que representa 99% do grupo “Outras Obrigações a Curto Prazo”, se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados pela Secretaria de Telecomunicações – SETEL, pela Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM e pela Empresa Brasileira de Comunicação – EBC com outros Órgãos da Administração.

Nota 12 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo, representam 10,97% do ativo total do Órgão, num valor aproximado de R\$ 2,3 bilhões e são relativos a contratos firmados pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL. Os principais devedores são o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Nota 13 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O valor de aproximadamente 1,47 bilhão de reais, registrado no passivo da Telecomunicações Brasileira S.A. – Telebras, aguarda a autorização orçamentária para a deliberação e definição do momento em que o aumento de capital será integralizado pela empresa.

2. Balanço Orçamentário

Nota 14 – Composição do Balanço Orçamentário

O Orçamento do exercício 2021, foi aprovado pela Lei 14.144, de 22 de abril de 2021.

O regime orçamentário segue o previsto no art. 35 da Lei 4.320/1964: “*pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas*”.

Quanto à classificação adotada, está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021 (Lei 14.116/2020).

Cumpre destacar que não houve utilização de Superávit Financeiro, nem abertura de créditos especial e extraordinário no 4º trimestre de 2021. Também não houve atualizações monetárias do orçamento.

Nota 15 – Restos a Pagar

A Lei nº 4.320, de 23 de dezembro de 1964, em seu artigo 36, define Restos a Pagar como “*as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas*”.

Configura-se como Restos a Pagar Processados aqueles cujo 2º estágio da despesa orçamentária (liquidação) já foi realizado, enquanto os Restos a Pagar não Processados, são os que a despesa se encontra pendente de liquidação, isto é, o empenho se encontra a liquidar ou em liquidação.

Nesse sentido, os quadros a seguir mostram a posição dos Restos a Pagar – RP do Ministério das Comunicações e seus Órgãos Vinculados, em 31/12/2021:

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	115.893.145,62 7.519.837,10	124.831.066,65 7.080.815,95	148.913.546,23 1.523.594,07	148.763.191,56 1.523.594,07	50.578.774,98 10.682.380,30	41.382.245,73 2.394.678,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	108.373.308,52	117.750.250,70	147.389.952,16	147.239.597,49	39.896.394,68	38.987.567,05
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	35.455.367,23 33.108.980,23	127.595.970,59 127.595.970,59	73.359.366,50 73.359.366,50	72.652.331,94 72.652.331,94	11.303.135,42 11.303.135,42	79.095.870,46 76.749.483,46
Inversões Financeiras	2.346.387,00	-	-	-	-	2.346.387,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	151.348.512,85	252.427.037,24	222.272.912,73	221.415.523,50	61.881.910,40	120.478.116,19

EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	8.252.314,11 114.802,34	53.430.357,04 44.700.772,11	53.102.716,48 44.393.616,58	307.899,92 274.515,93	8.272.054,75 147.441,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.137.511,77	8.729.584,93	8.709.099,90	33.383,99	8.124.612,81
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	7.394.384,29 7.394.384,29	1.289.397,63 1.289.397,63	1.289.121,87 1.289.121,87	-	7.394.660,05 7.394.660,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	15.646.698,40	54.719.754,67	54.391.838,35	307.899,92	15.666.714,80

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 16 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representando aproximadamente 8% das variações patrimoniais aumentativas, as contribuições de intervenção no domínio econômico se referem aos valores recolhidos à Anatel e ao Fust, devidos sobre a prestação de serviços de telecomunicações, conforme composição a seguir:

Órgão Arrecadador	Base de Arrecadação	Valor (em R\$)	%

ANATEL	Contribuição Sobre a receita das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações	875.885.870,98	52,91%
ANATEL	Prestação dos serviços de telecomunicações explorados diretamente pelo executivo ou outorgados por este a entidades de sua administração direta	318.754.818,02	19,25%
FUST	Contribuição devida pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, a alíquota de 0,5% sobre a receita bruta decorrente de prestação de serviços de telecomunicações no regime público e privado	460.807.118,03	27,84%
Total		R\$ 1.655.447.807,03	100,00%

Nota 17 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Do valor aproximado de R\$ 2,4 bilhões registrados sob a rubrica de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, 84% foram recolhidos ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, sob administração da Anatel, pela prestação de serviços de sua competência, como outorgas de uso de radiofrequência, autorização de serviços de telecomunicações, outorga de serviços de radiodifusão, dentre outras. Os valores restantes se referem à receitas auferidas pela Telebras (14%) e EBC (2%) referentes à prestação de serviços de comunicação.

Nota 18 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Do valor aproximado de R\$ 1,9 bilhão registrados nessa categoria, 87% se referem à inscrição em Dívida Ativa não tributária oriunda de multas por infrações administrativas previstas na Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997), devidas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, sob administração da Anatel.

Esse grupo de contas representam 9,25% das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA’s, do Ministério das Comunicações e Órgão Vinculados.

Nota 19 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representando 8% das VPA’s, as contribuições de intervenção no domínio econômico se referem à contribuição para o fomento à radiodifusão (recolhidas à Anatel), e às contribuições sobre a receita das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações (recolhidos ao FUST). O valor no exercício foi superior a 1,6 bilhão de reais.

Nota 20 – Taxes

As taxas representaram 2,12% das VPA’s, num valor total de R\$ 436.987.709,49 (quatrocentos e trinta e seis milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e nove reais e quarenta e nove centavos). Nessa categoria estão englobadas as taxas previstas em lei, arrecadadas pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, devidas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência:

- Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, no momento da emissão do certificado de licença para o funcionamento das estações; e

- Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, anualmente, pela fiscalização do funcionamento das estações.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador

LIGIA DE ALMEIDA SILVA
Contadora Responsável
Ministério das Comunicações